

SER MULHER INDÍGENA: RESISTÊNCIA E SUBJETIVAÇÃO

Águeda Aparecida da Cruz Borges *

RESUMO: O texto** visa compreender e dar visibilidade, discursivamente, à algumas práticas de resistência de mulheres indígenas de várias etnias no embate com a sociedade ocidental. As análises, sob a fundamentação teórica da Análise de Discurso de base materialista, ainda, são preliminares. Observo que o contato divide o sujeito, mas, o sentimento de pertencimento se constitui nas tomadas de posição, dessas mulheres, em aprender a fazer, resistir e ser mulher Xavante, mulher Munduruku...mesmo ‘divididas’. É ao modo étnico ritualizado, que se identificam/se subjetivam.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Subjetivação. Resistência.

BEING A INDIGENOUS WOMAN: RESISTANCE AND SUBJECTIVATION

ABSTRACT: The text aims to understand and give discursive visibility to some resistance practices of indigenous women of various ethnic groups in the clash with Western society. The analyzes, based on the theoretical basis of the Discourse Analysis of materialistic basis, are still preliminary. I observe that the contact divides the subject, but the feeling of belonging is constituted by the positioning of these women in learning how to do, resist and be a woman Xavante, woman Munduruku ... even "divided". It is to the ritualized ethnic mode that they identify / subjectivate themselves.

Keywords: Indigenous women. Subjectivation. Resistance.

Um gesto de abertura

* Prof.a Adjunta do Curso de Letras do ICHS/Campus Universitário do Araguaia/CUA, da Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, Barra do Garças-MT. Dra. em Linguística pelo IEL/ UNICAMP. Desenvolve pesquisas fundamentadas na Análise de Discurso de base materialista, com ênfase na relação sujeito/espço, especificamente, sujeito indígena no espaço urbano, convergindo para a compreensão do gênero como discurso, além de temas relacionados ao ensino de gramática. Líder dos Grupos de Pesquisa: “Arte, Discurso e Prática Pedagógica” e “A Construção de um arquivo: gênero em discurso” CNPq/UFMT. Pesquisadora nos Grupos: “Mulheres em Discurso” CNPq/UNICAMP e “Cartografias da Linguagem” CNPq/UNEMAT. E-mail: guidabcruz@hotmail.com

** Este texto faz parte da pesquisa que venho desenvolvendo no projeto: “A Construção de um arquivo: gênero em discurso” filiado ao Grupo de Pesquisa: Mulheres em Discurso: (Propeq/CNPQ-Unicamp/Unemat).

A minha pretensão com a pesquisa, desde 2013, quando fiz as “primeiras” incursões nos estudos sobre gênero para participar do Fazendo Gênero¹, era de, pelo menos, abordar os muitos e diversos problemas que sofrem as mulheres indígenas, considerando a diversidade étnica, linguística, cultural e outras.

Este propósito me exigiria, ainda que tenha acesso em aldeias, conviver, adquirir confiança, ou seja, entrar no universo dessas mulheres e me deixar afetar pelo universo delas. As circunstâncias, naquele momento, não possibilitavam encontros frequentes, assim, resolvi trabalhar com materiais heterogêneos, mas que me levassem ao recorte de um objeto, sobre o qual eu pudesse produzir algumas análises.

A imersão nesse campo de conhecimento já pressupunha um sujeito modificado, em relação ao imaginário produzido pelo modelo da sociedade capitalista, o qual se inscreve em discursos conflituosos sobre os povos indígenas e, particularmente, sobre mulheres indígenas. Discursos que, pelos resultados da pesquisa, inclusive, materializados na minha

¹ O Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos se realizou em Florianópolis, Santa Catarina, entre 16 a 20 de setembro de 2013 e foi promovido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, pelo Centro de Comunicação e Expressão, bem como por outros Centros da UFSC, em parceria com o Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. O Fazendo Gênero 10 visa favorecer a articulação dos estudos de gênero com abordagens que envolvem outras categorias de análise como classe, raça, etnia e gerações; criar espaços de troca de experiências e diálogo entre investigadoras/es acadêmicas/os e aquelas/es ligadas/os a outras entidades e aos movimentos sociais; incentivar a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação nas discussões travadas no campo dos estudos feministas e de gênero, possibilitando uma formação mais qualificada na área, e produzir conhecimentos que possam resultar em material bibliográfico a ser publicado em livros e periódicos sobre o tema. A concepção geral do evento considera que, apesar dos avanços obtidos por meio das inúmeras lutas travadas pelas mulheres, muitos obstáculos persistem, alguns se re-configuraram, outros emergiram, exigindo por isso mesmo o debate em torno dos Desafios Atuais dos Feminismos, os quais incluem, entre outros, a baixa participação das mulheres nas instâncias de poder político; as desigualdades de gênero no âmbito do trabalho e da distribuição de renda; as dificuldades enfrentadas no âmbito das lutas pelo direito ao aborto; as violências domésticas e institucionais de gênero; a grave situação das mulheres, principalmente de baixa renda, nos contextos pós-coloniais e transmodernos; as iniquidades em saúde; as contramarchas nas lutas pelos direitos LGBT e contra os efeitos de subordinação das interseções de gênero, classe, gerações, raça/etnia e deficiência; as assimetrias de gênero no âmbito da participação das mulheres na produção do conhecimento científico; a inserção significativa das mulheres nas mobilidades contemporâneas, etc. <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/>. Acesso em set. 2017.

tese de doutorado² representam, na ordem das relações de poder: preconceito, estereótipo, repulsa, por um lado, pois outros discursos, emergem nessa construção: o da demanda, da denúncia, da reivindicação, principalmente pelo movimento de mulheres indígenas.

A recomposição dessas posições nas redes densas de significações, imbricações, silenciamentos, apagamentos, exposições, olhares mutantes tramam a complexa unidade do processo de identificação/subjetivação dessas mulheres, na diferença, como afirmo ao longo dos estudos e como veremos à frente.

Desse modo, neste texto, produzido, em princípio, para uma discussão no Grupo de Estudos Linguísticos do Centro Oeste/Gelco, mais do que apresentar análises, eu quis chamar a atenção para o fato de que mulheres indígenas, inscritas em diversas etnias e na relação com mulheres ocidentais, existem e sofrem de forma, ainda, mais impactante do que mulheres não indígenas à violações de direitos e, além disso, mostrar algumas práticas de resistência e tomadas de posição de quem não se deixa derrubar, pois estão se organizando, cada vez mais, no sentido de lutar pelos seus direitos e para sair da invisibilidade.

O dispositivo teórico de interpretação oferecido pela Análise de Discurso possibilita a participação de diferentes correntes dos estudos do discurso, das ciências da linguagem e de disciplinas afins, por esse motivo, nos espaços em que aponto algumas análises, é desse dispositivo que eu me sirvo para fundamentá-las.

É relevante lembrar que, em se tratando do conhecimento, há relações de força e de poder que atravessam todas classificações, diferenças, considerações. E aí, a preço de parecer ingênua, não posso deixar de considerar que ao falar em “Escola” de Análise de Discurso Francesa, Americana etc, se está atribuindo poder de palavra e de saber desigualmente distribuídos. Isto é, se privilegiariam certos lugares e depois se falaria de “recepção”, de “influência” autoral... O que levo em conta é que a história da ciência não é

² Da aldeia para a cidade: processos de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irreduzível?. Defendida sob a orientação da prof.^a Mônica Graciela Zoppi-Fontana, em 2000, no IEL, Unicamp.

linear e não se produz sustentada só no eixo do tempo. A relação tempo/espaço/sujeito faz parte do método de observação dessa história. Como analista, levo este fato em conta.

Outro aspecto importante da teoria é que ela favorece a análise de diferentes materialidades linguísticas e de outras materialidades significantes, de maneira a tocar questões diversas como as desigualdades socioeconômicas, étnicas, profissionais, políticas, jurídicas, religiosas, científicas, midiáticas, literárias, publicitárias, de diversidades linguísticas, familiares, regionais, geográficas, identitárias, educacionais, arquiteturas, urbanas, de gênero entre muitas outras. Seja na perspectiva das práticas sociais, espaço da exterioridade discursiva, seja na perspectiva linguística e enunciativa.

As relações que se estabelecem entre a Análise de Discurso e as materialidades produzem um lugar propício para o debate contemporâneo, independentemente do espaço geográfico: internacional, nacional, regional. Neste ponto, é recomendado enfocar os efeitos do contato e das relações, historicamente, entre os povos indígenas e a sociedade ocidental, lembrando que:

Não há identidades fixas e categóricas. Esta é uma ilusão - a da identidade imóvel - que, se de um lado, é parte do imaginário que nos garante uma unidade necessária nos processos identitários, por outro lado, é ponto de ancoragem de preconceitos e de processos de exclusão. (ORLANDI, 1998, p. 204).

Em 2002 a mesma autora escreve que “a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos/outros lugares, outras posições. (ORLANDI, 2002, p. 20).

Ou seja, um sujeito não passa a ser outro, a sua constituição está diretamente ligada à organização social em que se insere. Na organização social Indígena, por exemplo, a posição sujeito se define em determinados rituais (...). Segundo Clastres (1987, p.114):

Las sociedades primitivas son por lo tanto, sociedades indivisas (y por ello mismo cada una se concibe como totalidad) sociedad sin clases – sin ricos que exploten a pobres (...) de La boca Del jefe no brotan las palabras que sancionan La relación de mando-obediencia... Sociedades sin Estado.

Os povos Indígenas, pelo menos, aqueles com os quais já tive algum tipo de convívio (Karajá-Iny, Munduruku-Wuy Jugu, Xavante-Auwê) negaram-se, historicamente, apesar de

tantos tipos de pressões, desde a colonização, a constituir um Estado com o modelo ocidental.

Na perspectiva ocidental o poder não alcança, na totalidade, a memória desses povos, não porque são “incapazes”, “inferiores”, “incompetentes”; mas porque resistiram/resistem a esse tipo de organização.

No caso do trabalho com mulheres é preciso pensar sobre a concepção de gênero, principalmente, no momento em que os estudos sobre o assunto emergem em vários campos epistemológicos, como já anunciamos, no início deste texto. A partir dos estudos realizados com/no Grupo Mulheres em Discurso³, passei a compreender gênero como uma construção discursiva, “efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório, pois os dispositivos de enunciação permitem a produção da subjetividade”, conforme Zoppi-Fontana (2013), na contradição de filiações de sentidos a partir dos quais se constroem as identificações, tanto de gênero, quanto outras entrelaçadas ao longo da história. Nessa afirmação, eu me pauto para discutir a relação entre os processos de subjetivação e as práticas de resistência que surgem das contradições internas à dominação ideológica em relação a mulheres indígenas, na sua diversidade.

Neste caso, do modo como venho tecendo e já justificado, tomo como aporte teórico a Análise Materialista de Discurso e aprofundo as análises sobre sujeito, desenvolvidas na tese de doutorado, para verificar os processos de identificação/subjetivação, primeiramente, do sujeito “mulher indígena Xavante”, de acordo com as especificidades étnicas, culturais e

³ Grupo de Pesquisa liderado por Zoppi-Fontana: “Promovemos uma discussão sobre a produção e interdição histórico-discursiva de lugares de enunciação para as mulheres e outras identificações de gênero. Consideram-se os dispositivos de enunciação, em suas diversas materialidades, que produzem historicamente a subjetividade, na contradição de filiações de sentidos e memórias discursivas a partir das quais se constroem as identificações, tanto de gênero, quanto outras historicamente entrelaçadas. Analisamos práticas de resistência nas quais as identificações de gênero se imbricam a outras identificações contra-hegemônicas. Almejamos, assim, compreender a relação entre o processo de formação do sujeito político e social e as práticas discursivas que deslocam sentidos na história. Compreendemos as identificações de gênero como efeito de práticas discursivas ancoradas em processos de interpelação/subjetivação complexos e contraditórios, que articulam a identificações de cor, etnia, idade, classe, sexualidade, territorialidade, trabalho”. <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5250808052136719>. Acesso em outubro de 2018.

sociais, que funcionam como um jogo complexo de permanência e mudança, de memória e esquecimento, de palavras silenciadas e interditas, no contexto de inserção dessa mulher no espaço urbano.

Atentemos, na enunciação de identidades, ouvimos “eu sou uma mulher”, “eu sou um homem” ou “eu sou gay”, anunciando no sexo e na sexualidade uma essência do sujeito. No caso de mulheres Xavante, observo como se dão os deslocamentos de construção social identitária, que se produzem em condições de produção marcadas por relações de força e poder, na paradoxal, forte e silenciosa presença dessas mulheres, “naturalizada” homogeneamente: “índi(os) do povo Xavante em Barra do Garças-MT”, “Nós índios”, “nós indígenas” no dizer próprio, ou pelo Outro “os índios”, “os indígenas”, “os Xavante”, “o povo Xavante”... Esse modo de generalização pelo masculino abre possibilidades para refletir sobre gênero e resistência das mulheres Xavante. É na coletividade que elas enunciam, o que sob o meu parecer demonstra uma relação pactuante e de força.

É importante lembrar que a distinção entre sexo biológico e gênero é absolutamente crucial para o desenvolvimento da análise feminista nas ciências sociais e se estende aos estudos da linguagem e discursivos, pois possibilitou aos eruditos demonstrar que as relações entre mulheres e homens e os significados simbólicos associados às categorias “mulher” e “homem” são socialmente construídos e não podem ser considerados naturais, fixos ou predeterminados.

Dados culturais comparados foram valiosos nesse aspecto, fornecendo a evidência empírica para demonstrar que as diferenças e as relações de gênero são cultural, social e historicamente variáveis.

No caso das reflexões que tenho feito, faço agora, vale ressaltar que o sujeito é consequência das discursivizações em torno dele, nas condições de produção em que se encontra, contudo há uma quebra do ritual de assujeitamento gerada pela subjetivação na resistência, que possibilita a ruptura com a reprodução do discurso da dominação ao produzir um acontecimento histórico, por exemplo quando uma indígena (L.C.) enuncia: **“Tenho orgulho de ser índia...pelo menos sabemos de onde viemos”** e, assim, rompe o círculo da repetição. Pois, segue na confirmação: **“mas nunca deixo de ser índia, (...) Concordo com**

L. C. nunca deixaremos de ser índios, eu tenho orgulho de ser índia, pelo menos sabemos de onde viemos. Abraços!!”

Simple assim: nunca deixaremos de ser índios, eu tenho orgulho de ser índia, pelo menos sabemos de onde viemos. Enquanto isso, à revelia desse saber coletivo = sabemos = nós índios sabemos de onde viemos, produz-se o efeito de apagamento de filiação como inscrito na sequência discursiva em seguida, do *corpus* da pesquisa, que marca o discurso da negação ocidental à filiação indígena e ressalta a resistência indígena, em geral, e, em específico, das mulheres como observei :

Pra nossa sorte, pra sorte dos brasileiros, o Brasil teve que ser descoberto. Cê já pensou se a gente fosse todo mundo índio, que que num seria o Brasil?! Tá loco! (...) Com o descobrimento do Brasil é... com o descobrimento ... melhor ser filho de português, do que ser filho de índio. (do *corpus* da pesquisa).

As Mulheres Xavante que, por imposição da sociedade majoritária, especialmente por preceitos religiosos ocidentais, deixaram de realizar determinados rituais, vêm retomando essas práticas.

A cerimônia denominada *Pi'ô-nhisi*, por exemplo, é uma celebração exclusiva para elas, mas essa prática foi desaprovada por missionários e abandonada por muitos grupos Xavante, contudo em comunidades que afirmaram a independência da missão a cerimônia de nomeação vem sendo restabelecida. Sobre essa questão é possível conferir o artigo publicado na Aled⁴.

A questão da constituição do sentido, do sujeito e da ideologia torna-se determinantemente forte para o analista (PÊCHEUX, 1995). Dito de outra forma, a ideologia é a própria realização do sujeito e sentido se constituindo de forma simultânea, o que permite ampliar a discussão e pensar no sujeito assujeitado ao discurso jurídico para significar. Não significando, sob a nossa análise. Vejamos o que nos diz algumas mulheres Xavante:

[...]não penso no futuro, mas em passar tudo que sei, guardo na memória, aprendi com mãe e parentes mais velho para filhos parentes para garantir

⁴ BORGES, Á. A. C. “No silêncio do dizer e da nomeação: fortaleza e constituição da mulher Xavante” In: <http://www.anaisaled.ufscar.br/index.php/aledpuebla/article/view/5> v. 1, n. 2 (2015).

que nosso conhecimento vai embora no tempo (...) não quando for o tempo sempre a mãe fala, conta e ensina tudo. (Anciã Xavante).

Em linhas gerais a mulher Xavante ao longo da história tem demonstrado sua força na educação e na sobrevivência do seu grupo. O fato de ter o domínio do conhecimento dos alimentos do cerrado e da mata fazem delas exímias coletoras e também agricultoras, pois cabem a elas os cuidados com a roça e outros afazeres que as legitimam perseverantes na manutenção da cultura.

A palha só as mulheres trançam e usam o bakité...o homem não, não pode, sempre a mulher (...) sabe, planta e conhece sempre só ela. (...) As mulheres ficam mais reclusas em casa, muitas vão até a cidade para coletar frutas como mangas e outras da época. Elas dedicam seu tempo na roça, nos afazeres da casa e aos cuidados de suas crianças, bem como confeccionando os utensílios domésticos trançados com palha de buriti. (Mulher Xavante).

Como já dito, o propósito da discussão por ocasião do Evento Gelco/2017 e agora, deste texto, é colocar em visibilidade, apontar possibilidades de análise sobre o assunto, assim passo ao registro de outras vozes de mulheres indígenas, que suponho podem levar à reflexão sobre a nossa postura, enquanto mulheres, na relação com essas tantas mulheres que não conhecemos. Deixo que ressoem vozes e algumas práticas de resistência de Mulheres Munduruku.

Especialmente as jovens, apanham urucum ou a seiva em forma de goma branca da sorva e surpreendem os homens passando a tinta no rosto e nos cabelos deles; que fogem, riem, se esquivam e essa brincadeira configura-se um jogo por toda a aldeia. Para os Munduruku esta é uma forma de alegrar os peixes e obter fartura na pescaria do dia seguinte. No meu modo de observar, quando estou na aldeia, essa brincadeira uma forma de resistência e poder. Elas têm o domínio do espaço e do jogo e quando algum homem se esquivava e escapava elas insistem, esperam, espreitam e os surpreendem com a tinta no rosto. É assim, que garantem o peixe, o alimento no dia a dia, pois, os Munduruku acreditam que os peixes ficam alegres com as brincadeiras. Exige-uma compreensão mais aprofundada desse jogo/movimento, o fato é que são as mulheres que ficam no controle da situação.

Dentro e fora da aldeia, muitas mulheres Munduruku têm levantado a voz e se juntado ao movimento de mulheres indígenas, as sequências abaixo dispensam análise, mas

chamo a atenção para o pronome NÓS, esse sujeito coletivo que fortalece o discurso e, obviamente a prática de grupo.

"Queremos deixar bem claro para o governo, que **nós, mulheres indígenas**, somos do mesmo sangue e por isso nossa reivindicação é única: defender o nosso território, nosso rio e nossa floresta, que é nossa mãe. Por causa do Governo, ela está derramando lágrimas. Lágrimas que caem como o leite de nosso peito. O que mata o nosso direito, o nosso modo de viver, a gente sente em nosso estômago. (...) Queremos dizer para o governo que **nós mulheres indígenas** somos capazes de ensinar, ensinar como se cuida do território. Não vamos abrir mão dos nossos territórios tradicionais e nem da Amazônia. Não queremos mais ouvir o 'Odaxijom! Odaxijom! Odaxijom!', o pedido de socorro de nossa Mãe Terra, e nem o choro das nossas crianças". (Cimi-<http://www.cimi.org.br> – 01/12/2016).

Reitero, o pronome plural é marca da tomada de posição coletiva e, em geral, de mulheres indígenas, independente da etnia: Nós mulheres Wuy Jugu”, “Nós mulheres Iny”, “Nós mulheres Auwê” e outras tantas.

Nesse percurso de observação sublinho, ainda, nas sequências acima, a relação metafórica com a terra. Os autores Pêcheux e Fuchs (1993) escreveram e eu reformulo que é a memória discursiva que possibilita a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. Ou seja, a memória discursiva diz respeito à recorrência de enunciados no discurso, ela separa e elege, dentre os elementos de uma determinada contingência histórica, aquilo que deve ser rejeitado e o que pode emergir e ser realizado em novas condições de produção, produzindo determinados efeitos.

“Não vamos abrir mão dos nossos territórios tradicionais e nem da Amazônia. Não queremos mais ouvir o 'Odaxijom! Odaxijom! Odaxijom!', o pedido de socorro de nossa Mãe Terra, e nem o choro das nossas crianças”.

A personificação do pedido de socorro da terra reverbera no choro da criança. Produz-se um eco uníssono, nesse dizer, das mulheres Munduruku, que é possível estender às mulheres em geral. É um chamado à luta e, ao mesmo tempo, a instauração de uma prática de resistência.

Numa perspectiva discursiva, não dá para estabelecer uma relação direta, termo-a-termo, referencial entre a palavra e a coisa, entre a mulher ocidental e a mulher indígena, ou mesmo entre as diferentes mulheres nas diversas etnias.

Mais um dos pontos relevantes no movimento da pesquisa, na tentativa de responder tantas perguntas que vou me colocando como: que sentido tem para uma mulher indígena a maquiagem ocidental no encontro com a pintura étnica? Qual é a relação entre a mulher que se maquia movida pela vaidade estética e a que se pinta etnicamente? A leitura de Rodrigues me ajuda a pensar:

Essa relação está mediada pelo discurso, entendido como trabalho simbólico e político (ideológico sobre o mundo, sobre as condições naturais de existência (...)) que por sua vez tem um funcionamento inconsciente. É aí que o conceito de discurso intervém, como rede de sentidos construídos na/através da língua, pela qual o sujeito se constitui e se relaciona com o mundo, através da qual a vida social se torna possível. (RODRIGUES, 2003, p. 67).

Na ordem do discurso, a memória tem o papel de fazer aparecer, mobilizar para o tempo presente o acontecimento histórico, já que a própria estruturação do discursivo constitui a materialidade da memória social. Do ponto de vista discursivo, o que não se apresenta é trabalhado na base de um imaginário como memorizado, e cada discurso, ao pressupor esse imaginário, recorre à (re)construção, dando lugar a um movimento de reformulações, constituindo uma rede de sentidos.

As incursões que venho fazendo, discursivamente, convergindo para práticas de resistência de mulheres indígenas é uma experiência de me ver/reconhecer e de ver/reconhecer o Outro, aqui, como um ato intelectual, já que a aparência do que se vê é preenchida por noções construídas, anteriormente, de forma imaginária. Eu não tenho acesso ao funcionamento da memória social de mulheres indígenas, o que faço como apontamento para análises faz parte da relação que estabeleço com algumas dessas mulheres. Por exemplo, para mulheres Xavante, Munduruku, Karajá, com quem tenho vivências, os gestos ritualísticos, dentre eles as pinturas, ganham importância, na atualidade, para materializar a própria identificação/subjetivação, elas próprias, por vezes, não alcançam o passado, a

significância de determinadas pinturas, grafismos, assim como nós vão repetindo as práticas e se constituindo nelas/com elas.

As pinturas significam em comemorações, algumas são para rituais sagrados. Há aquelas que demonstram sentimentos diversos desde os mais felizes até os de revolta e indignação, mas o importante é saber que cada povo tem suas pinturas próprias e cada pintura tem um significado único, de acordo com a expressão constitutiva daquela etnia. A pintura é outro aspecto, outra materialidade significativa que integra os objetos da minha observação.

A experiência analítica foi realizada ao colocar, no jogo discursivo, o espelho, tanto empiricamente quanto como materialidade simbólica, quando observo que olhar a imagem do Outro, no outro lado do espelho, pode ser incômodo, mas é um modo de apreender a diferença. As mulheres indígenas assim como as ocidentais, também, se maquiam, mas quando se olham no espelho não se veem é o Outro(a) que as interpelou que é visto.

A análise da foto que segue é melhor explorada no artigo⁵, mas vale escrever que os componentes da fotografia, mostram que os sentidos dessa circunstância produzida imagetivamente estão inscritos na história e assim significam, também, como marca de resistência.

⁵ BORGES, Á. A. C. “No Detalhe do traço: ritos, cores e resistência” In: ZOPPI FONTANA, M. G. & FERRARI, A.J. (Orgs.). Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência, Volume 2, Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. Este é um dos dois volumes que resultou das pesquisas desenvolvidas no Grupo: Mulheres em Discurso (CNPq/Unicamp).

Moça Karajá (Iny).



Foto cedida para o Projeto: Deijalsina Gonçalves (2014).

Segurar o tempo em uma fotografia e depois deixá-lo fluir no descongelamento indica a construção discursiva dos referentes que estão na imagem. Os mesmos não estão circunscritos a uma ocasião, como uma evidência ideológica de quem se posiciona para tirar a foto. Há formações imaginárias em ocorrência. O não verbal, a exemplo do verbal, funciona com um caráter fortemente ideológico com base em Orlandi (1995).

Reflito com a leitura da autora que a compreensão polissêmica dos dizeres enunciados que organizam este texto se estendem, também, para o não verbal. As direções multifocalizadas para analisar a fotografia prendem-se em discursividades anteriores na produção de seus sentidos. É preciso pensar as condições de produção, em amplo sentido, para pensar esse componente imagético, na produção da resistência. A memória discursiva ativa efeitos de sentido para que o não verbal seja significado enquanto discurso.

O espaço dessa escrita e os meus objetivos limitam a extensão analítica e por isso deixo aberto ao leitor a possibilidade de, ao menos, refletir sobre o assunto exposto.

Um gesto de fechamento

Para fazer efeito de fecho à proposta, no sentido de desestabilizar pensamentos homogêneos trago as palavras de *Cunhã-Uasu Muacasáua* e as perguntas que ela mesma faz para que tentemos responder.

MULHERES FORTES E UNIDAS!

“Hoje é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher e escolhi destinar meu post à visibilidade das lutas por direito das mulheres indígenas. Quase sempre esquecidas nos debates sobre gênero, as mulheres indígenas são vítimas de graves violações de direito e são multiplamente ameaçadas pela discriminação de sexo, raça, etnia e classe social. [...]

Segundo relatório da ONU, divulgado em 2010, uma em cada três índias é estuprada durante a vida. Isso deixa claro que as mulheres indígenas são mais vulneráveis a violência do que as demais. Numa sociedade patriarcal, que já coloca as mulheres em situação de desigualdade, o que dizer das mulheres indígenas que historicamente foram violentadas e massacradas pelos invasores? Que proteção essas mulheres possuem?”⁶

Da minha parte, posso dizer que o processo de subjetivação se inscreve na ordem histórico-social, recebendo da ordem social e cultural os rituais que administram modos de ser e de estar em dada formação social.

Como “não há ritual sem *falhas*” (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 301), desestruturas e reestruturas estão sempre se manifestando na ordem do discurso, apontando, justamente, para a falta e **para a impossibilidade de um assujeitamento completo e sem *falhas***. (grifo meu).

Os princípios e os procedimentos da Análise do Discurso, postos em funcionamento, nos afastaram do olhar capturado pelo efeito de evidência, que as aparências (naturalizações) impõem, para compreender e afirmar que há uma longa história por vir e que colocará em

⁶ “Mulheres indígenas: violência, opressão e resistência” In:

<https://mayroses.wordpress.com/2011/11/25/mulheres-indigenas-violencia-opressao-e-resistencia/>.

Acesso em agosto de 2017.

confronto saberes de diversas naturezas no que toca o processo de identificação/subjetivação de mulheres indígenas, em seu modo de ser, de viver, de resistir.

O percurso feito até aqui serve para pensar que a diversidade, a pluralidade, entre povos, línguas, culturas e a compreensão dos discursos dessas mulheres são premissas para a proposição de políticas de igualdade de gênero e que esta seja uma pauta fundamental a ser trabalhada pelos movimentos sociais e pela universidade.

O espaço de fala, que agora passa à escrita, como já disse, não é suficiente para ampliar a discussão¹, mas possibilita afirmar que pelo silêncio da língua do outro, pela presença marcante do jeito de ser mulheres indígenas, em cada etnia, mesmo à revelia da sociedade ocidental, em grande medida, essas mulheres são responsáveis pelo modo de ser indígenas Auwê, Wuy Jugu, Iny.

Além disso, no processo de subjetivação, é preciso fazer circular vozes de mulheres de diversas etnias, na construção e fortalecimento do seu Movimento.

Referências

ALBUQUERQUE, J. G. “Educação escolar indígena: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência”. Tese de doutorado UNICAMP, sob a orientação de ZOPPI-FONTANA, M.G. em Campinas, SP, 2007.

BORGES, Á. A. C. “No silêncio do dizer e da nomeação: fortaleza e constituição da mulher Xavante” In: <http://www.anaisaled.ufscar.br/index.php/aledpuebla/article/view/5> v. 1, n. 2 (2015).

BORGES, Á. A. C. “No Detalhe do traço: ritos, cores e resistência” In: ZOPPI FONTANA, M. G. & FERRARI, A.J. (Orgs.). Mulheres em discurso: identificação de gênero e práticas de resistência, Volume 2, Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

¹ O aprofundamento das análises e desdobramentos do objeto estão sendo trabalhados, no âmbito do pós-doutorado, que começo a desenvolver com a prof.a Dra. Olimpia Maluf Souza, no Programa de Pós Graduação *Strito Sensu* em Linguística/PPGL, da Universidade Estadual de Mato Grosso/UNEMAT.

- CLASTRES, P. Do etnocídio. In: *Arqueologia da violência*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. SP, Brasiliense, 1988.
- _____. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.
- _____. (1999). *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. “A incompletude do sujeito. E quando o outro somos nós?” In: LANE, Silvia T. M. (apres.) *Sujeito e Texto*. S.P., Série Cadernos PVC – 31, Educ, 1988: 9-16.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. S.P., Cortez & Ed. da Unicamp, 1990.
- _____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas. Ed. da Unicamp, 1992.
- _____. (1995). Efeitos do verbal sobre o não verbal. Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade). Nº1. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. (Org.) *Discurso Fundador*. A formação do país e a construção do país e a identidade nacional. Campinas, Pontes, 1993.
- _____. (Org.) *Discurso e Políticas Públicas Urbanas: a fabricação do consenso*. Campinas. Editora RG, 2010. ORLANDI, E. P. (Org.) *Discurso, Espaço, Memória: Caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas, Editora RG, 2011.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. *Cidadãos Modernos, discurso e representação*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.
- _____. “A arte do detalhe”. In: <http://www.discursividade.cepad.net.br/atual/Arquivos/zopi.pdf>. Acesso em julho de 2012.

_____. “Camelôs e o direito à cidade”. In: *Anais do 7º Encontro da ANPUR: Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: um desafio ao planejamento*. Recife, MDU/UFPE. 1997p.1160-1179.

ZOPPI-FONTANA, M. G. “É o nome que faz fronteira”. In: Indursky, F. (org) *Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, Coleção Ensaio do CPG-Letras/UFRGS, 1999.

_____. “Ordem Jurídica, Ordem Política e (Des) ordem nas Ruas”. *Revista Iberoamericana de Discurso y Sociedad: language em contexto desde una perspectiva critica y multidisciplinaria*. Editorial Gedisa. Barcelona. 1999.

_____. “Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação” ZOPPI-FONTANA, M. Arquivo jurídico e exterioridade. In: GUIMARÃES, E. e PAULA, M. (orgs.). *Sentido e memória*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. “Acontecimento, temporalidade e enunciação. Definições terminológicas e o fato novo na ciência”. In: *Cadernos de Estudos linguísticos*, v 51-1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2009 p.69-94.